

## O Projeto de acompanhamento do legislativo e seus objetivos

Jamir

O Projeto de Acompanhamento do Legislativo do Nesp foi criado, neste ano de 2009, com o objetivo principal de participar de ações de monitoramento parlamentar em conjunto com a Associação Democracia Ativa (veja box) para produzir informações que ajudem os cidadãos, em especial os grupos organizados ligados à Arquidiocese de Belo Horizonte, no monitoramento das ações parlamentares no âmbito estadual.

O projeto pretende ainda criar um grupo de estudos que possa formular análises sobre o trabalho do Legislativo estadual; criar parcerias com demais órgãos da Universidade, garantindo o caráter interdisciplinar do Projeto; organizar seminários temáticos sobre o trabalho Legislativo, priorizando temas e/ou matérias de interesse dos grupos presentes nos seminários; fomentar na sociedade civil a prática de monitoramento e exercício da cidadania através do acompanhamento do Poder



Equipe do Projeto: Maria Elisa, Raquel, Jussara (frente); Thales e Luana (atrás)

Legislativo local.

Para efetivar o trabalho criou-se um grupo multidisciplinar atualmente formado pelos alunos Thales Quintão e Luana de Souza Nunes, do curso de Ciências Sociais; Maria Elisa de Andrade Vasconcelos, do curso de Direito; Jussara Vieira da Silva, do curso de

Relações Públicas, e a socióloga Liliam Daniela, representando o Grupo Gestor do Nesp. Para coordenar o trabalho foi convidada a professora Raquel Beatriz, do curso de Letras.

Este boletim pretende sintetizar os resultados do trabalho desenvolvido neste ano.

## Democracia Ativa

### *Controle público e comunicação cidadã*

Participação para além do voto. Foi com essa ideia que a Associação Democracia Ativa foi criada, em 2006, por iniciativa de jovens universitários e recém-formados de Belo Horizonte. Às voltas com os escândalos do Mensalão, o grupo começou a se organizar para acompanhar o trabalho dos representantes políticos, como uma ação da sociedade civil. Para além da fiscalização, o objetivo era fomentar a participação política, o controle cidadão das instituições democráticas e a aproximação entre

cidadãos e poder público.

Três anos depois de sua fundação, as atividades da Democracia Ativa são realizadas por cerca de 30 jovens, entre associados, voluntários e bolsistas dos projetos parceiros. Para oferecer subsídio ao debate público, a Associação realiza ações de mobilização, produz e coletiviza informação independente, qualificada e de caráter educativo. A meta é contribuir para tornar os cidadãos bem informados, interessados e dispostos a se engajar no processo político e

influenciar de maneira mais efetiva a tomada de decisões relativas ao interesse comum.

O principal projeto do grupo é o MeuDeputado.org, lançado em novembro do ano passado com o objetivo de acompanhar o trabalho dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. No portal ([www.meudeputado.org](http://www.meudeputado.org)), é possível acessar notícias e bancos de dados relacionados aos projetos e práticas da ALMG, produzidos a partir do acompanhamento das comissões da Casa.

## Ano de implantação: atividades desenvolvidas

Durante este ano o Projeto promoveu 4 encontros gerais, na PUC Minas, e dois outros em duas regiões episcopais. Os quatro encontros gerais ocorreram nos seguintes meses: março, com o objetivo de apresentar o projeto para os grupos

de fé e política; junho e novembro, para mostrar a metodologia utilizada nos trabalhos, e dezembro para apresentar os resultados do ano. O primeiro e último encontros tiveram um formato de seminário. O segundo e o terceiro foram oficinas que procuraram apresentar a metodologia de modo a contribuir para que os interessados se apropriassem dela. Nesses eventos os estagiários do Projeto demonstraram alguns aspectos da metodologia que foi usada no ano, mostraram como se dá o processo legislativo, como se preparam para entrar na assembleia e como realizam o acompanhamento das atividades da ALMG em seu cotidiano.

Além desses encontros gerais,

que ocorreram na PUC Minas, o projeto participou, por meio de sua coordenadora, de duas reuniões em regiões episcopais diferentes (RENSA E RENSE) com o objetivo de apresentar o projeto para as lideranças e estimular a criação de Grupos de Acompanhamento do Legislativo. Essa divulgação do Projeto nas regiões episcopais foi uma das sugestões apresentadas pelos presentes no primeiro seminário de trabalho, no mês de março e que foi prontamente aceita pela coordenação. Para todos esses eventos foram produzidos materiais impressos e apresentações em *slides* que podem ser socializados, caso seja de interesse dos leitores deste boletim.

**Oficinas e seminários foram realizados para apresentar aos interessados a metodologia utilizada pelo projeto**

**Se você quer conhecer os materiais produzidos para seminários e oficinas do Projeto de Acompanhamento do Legislativo, mande um e-mail para [nesp@pucminas.br](mailto:nesp@pucminas.br) ou acesse [www.pucminas.br/nesp/legislativo](http://www.pucminas.br/nesp/legislativo)**

## O GAL do Nesp e seu modo de trabalhar

O Grupo de Acompanhamento do Legislativo do Nesp é formado por quatro universitários, uma professora e uma representante do Conselho Gestor do Nesp. A atividade do grupo pode ser sintetizada nas seguintes ações básicas: conhecimento das pautas das reuniões da ALMG, presença na Assembleia, monitoramento das comissões e do plenário, preenchimento do formulário de acompanhamento das comissões; anotações de fatos políticos importantes, leitura sistemática dos acontecimentos políticos que envolvem a ALMG, reunião semanal para discussão dos acontecimentos, produção de notícias para o Blog do Projeto, elaboração periódica de textos de opinião que analisem os acontecimentos da

Assembleia, participação em eventos organizados pelo Nesp e coordenação dos seminários do Projeto de Acompanhamento do Legislativo.

O trabalho foi organizado de modo a privilegiar o acompanhamento presencial nas comissões da ALMG e no plenário. Para o monitoramento do trabalho das comissões, o grupo decidiu que seria mais adequado priorizar algumas delas. As comissões escolhidas para serem acompanhadas foram Constituição e Justiça, porque todos os projetos iniciam sua tramitação por ela, Direitos Humanos, Participação Popular, Educação Segurança Pública e Administração Pública por tratarem de assuntos fundamentais para a sociedade. Decidiu-se, portanto, que essas

comissões, juntamente com o plenário, seriam acompanhadas de modo prioritário, mas não exclusivo.

Nas reuniões semanais, o grupo discute sobre o que ocorreu durante a semana e prioriza os assuntos que vão ser acompanhados pelos veículos de comunicação. Assim, articulamos formas de monitoramento presencial com outros modos, em especial o acompanhamento da circulação de notícias sobre a Assembleia na imprensa. Essa dinâmica de trabalho é acompanhada por todo o Grupo Gestor do Nesp, em suas reuniões periódicas, nas quais são apresentadas as informações que estão sendo construídas pelo GAL, de modo a articular esta ação com as outras que integram o trabalho do Núcleo.

## Dificuldades enfrentadas no cotidiano do acompanhamento

O GAL/Nesp tem observado que há alguns problemas para que um cidadão possa acompanhar presencialmente as atividades da Assembleia Legislativa. Um deles é a rapidez dos acontecimentos e o outro são as sucessivas reuniões que “caem” (não ocorrem) sem que seja possível que se saiba previamente. Esses dois fatos exigem que aquele que se dispõe a acompanhar o processo legislativo por meio de monitoramento presencial das atividades tenha um tempo exclusivamente dedicado a isso, o que é impossível para os trabalhadores de uma forma geral. Nota-se, a partir das experiências vividas, que a atividade presencial exige a profissionalização em tempo integral do

sujeito que monitora. Diante dessa impossibilidade, deve-se criar, quase que obrigatoriamente, formas complementares de acompanhamento tal como a leitura sistemática da página da ALMG na internet, o noticiário político nos jornais impressos de circulação diária e os telejornais. Outro instrumento de acompanhamento é a própria TV Assembleia. As notícias veiculadas pela mídia institucional ou não institucional devem ser objeto de cuidadosa análise e sistemática comparação com o que foi observado *in loco*.

Outra dificuldade enfrentada pelo grupo é o número de reuniões extraordinárias que são marcadas nas comissões e no

plenário. Isso dificulta ou, em alguns casos, até impossibilita o monitoramento efetivo dos trabalhos no modo presencial. Se algum cidadão ou algum grupo organizado estiver interessado em algum projeto, não poderá se preparar previamente para acompanhar toda sua tramitação, pois as reuniões ordinárias podem não se realizar e pode ser convocada uma extraordinária para o mesmo dia em outro horário, ou para qualquer outro dia da semana. Essa possibilidade de alteração do cronograma das reuniões, sem aviso, certamente dificulta a participação efetiva dos interessados em acompanhar o debate de um tema ou de um projeto na ALMG.

## Um *blog* para registrar as informações

Em junho de 2009, o Projeto de Acompanhamento do Legislativo iniciou a construção de um *Blog* para fazer circular as informações produzidas sobre o que ocorre na ALMG. Nesse *Blog*, foram publicadas informações sobre as principais comissões que são acompanhadas pelo Grupo de Acompanhamento do Legislativo do Nesp. Durante todo o ano ele teve um caráter experimental e, por isso, sua divulgação foi reduzida. Em novembro, ele foi associado à página do Nesp e, desse modo, aberto para a leitura e participação de todos os interessados no assunto. O *Blog* tem caráter informativo e espera-se que com o tempo, a partir do espaço de opinião presente nele, façamos veicular matérias mais analíticas sobre o trabalho do

Legislativo Estadual.

Veja alguns assuntos que foram destaque em nosso *Blog*: a criação da Agência Reguladora de águas e saneamento e a polêmica causada pela proposta; o debate sobre as tarifas de energia elétrica e a alteração da denominação da Cemig e dos serviços prestados por ela; a reforma política; a possibilidade de os cidadãos proporem projetos de iniciativa popular e os destinos deles no processo legislativo; a coleta de assinatura para o projeto federal Ficha Limpa; a disputa de um funcionário da Assembleia a uma vaga ao

tribunal de contas do estado; a falta de regularidade nas reuniões de algumas comissões; informações sobre a conferência de segurança nacional; o aparecimento de propostas da sociedade para o plano decenal da educação; o incentivo a empresas que contratarem ex-detentos ou detentos em regime semiaberto; a discussão sobre a situação da defensoria pública.

Todas as notícias foram produzidas pelos estagiários tendo como base as notícias veiculadas no sítio da ALMG e suas anotações quando presentes nas reuniões das comissões.

Para acessar o *Blog* do Projeto você pode usar um desses dois caminhos:  
[www.pucminas.br/nesp/legislativo](http://www.pucminas.br/nesp/legislativo) ou [legislativonesp.blogspot.com](http://legislativonesp.blogspot.com)

## Destaques da Assembleia: o acompanha

As comissões são importantes espaços de trabalho dos deputados estaduais. Cada comissão trata de assuntos compatíveis com uma determinada área. Destaca-se, a seguir, os principais assuntos debatidos nas comissões acompanhadas, de modo prioritário, no ano de 2009 (no período de maio a outubro), pelos integrantes do GAL do Nesp.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Esta é uma das mais importantes das 18 Comissões permanentes que existem na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) tem como competência a análise de todos os projetos de lei que tramitam na casa para verificar se ele é constitucional, isto é, se está de acordo com a Constituição. Por sua importância, ela se torna um centro de polêmicas. Neste período acompanhado, podemos destacar uma certa oscilação na forma de trabalho da comissão. Em várias reuniões, deliberou-se sobre muitos projetos de leis, como ocorreu no dia 25/08, na qual foram analisados 64 projetos, em sua grande maioria projetos de doação e reversão de imóveis, declaração de utilidade pública e denominação de escolas. Em outros momentos, a comissão ficou duas semanas consecutivas sem que houvesse reunião ordinária. Considera-se que, por sua importância, a ausência de reuniões faz com que se torne ainda mais demorada a tramitação dos Projetos de Lei. Existem Projetos de Lei que para serem apreciados por essa Comissão e receber parecer demoraram até um ano, como, por exemplo, do Projeto de Lei 2.177/ 2008. Outros, no entanto, recebem parecer rapidamente, como é o caso do projeto (PL 3.619/09), de autoria do governador, que amplia o objeto social da Cemig.

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Esta comissão tem como competência a discussão a respeito da organização dos Poderes Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, das Polícias Militar e Civil e do sistema de defesa civil; o regime jurídico e o estatuto dos servidores públicos civis e militares; os quadros de pessoal das administrações direta e indireta; a política de prestação e concessão de serviços públicos; e o direito administrativo em geral. Assuntos importantes que passaram por essa comissão: a criação de 54 cargos na Secretaria do Tribunal de Justiça, a fim de viabilizar a instalação de

duas câmaras de julgamento; a criação do adicional de desempenho aos integrantes das instituições militares estaduais, (PLC 53/09); e a redução do Conselho de Ciência e Tecnologia (PL 3.439/09, e o PL 3.553/09).

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

A comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática tem como função discutir assuntos como a política e o sistema educacional, a promoção do esporte e do lazer, o estudo, a pesquisa e os programas de desenvolvimento da ciência e da tecnologia, assim como a política de informática, o sistema de informática e a tecnologia da informação. Desta comissão pode-se destacar como evento mais importante do ano a discussão do Plano Decenal de Educação.

O documento final do fórum técnico que elaborou as propostas da sociedade civil para o Plano Decenal de Educação apresentou as seguintes inovações: a garantia de previsão orçamentária para o cumprimento das metas previstas no Projeto de Lei (PL) 2.215/08, do governador, que contém o Plano Decenal de Educação do Estado; a redução dos prazos previstos no texto original; e a previsão de controle social para acompanhamento da execução das metas previstas. O documento elaborado por representantes de diversas entidades civis foi entregue para a comissão no dia 12/8/09.

Durante dois meses, a comissão de representação, composta por 37 entidades ligadas à área de educação, foi responsável por sistematizar as 250 propostas de alteração do Projeto que foram aprovadas, no dia 15 de maio deste ano, na plenária final do fórum técnico. Com a entrega do documento, a Comissão de Educação ficou com a responsabilidade de analisar as sugestões e o texto original do projeto para elaborar seu parecer sobre a matéria e encaminhar a proposição para votação no Plenário. De acordo com informações colhidas no site da ALMG, o projeto encontra-se ainda na Comissão de Educação esperando parecer. Este projeto foi publicado em 3 de abril de 2008 e tem tramitação em dois turnos. Ainda está tramitando em primeiro turno.

# Fortalecimento do trabalho nas comissões

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão de Direitos Humanos é a responsável por debater e encaminhar ações e Projetos de Lei que tratam da defesa dos direitos individuais e coletivos; da defesa dos direitos políticos; da defesa dos direitos das etnias, das mulheres e dos grupos sociais minoritários; da promoção e a divulgação dos direitos humanos. Esta comissão promove muitas audiências públicas que se dedicam a discutir temas de interesse social. Dentre os temas importantes discutidos na comissão, em audiências públicas ou em reuniões ordinárias, podemos destacar a demarcação de terras indígenas; denúncias de mortes ocorridas na penitenciária feminina Estevão Pinto; a denúncia de limitação de passe livre para deficientes, entre outros assuntos.

## COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

A Comissão de Participação Popular tem como competência discutir sobre matérias que tenham sido encaminhadas por entidade associativa da sociedade civil e realizar, com a concordância prévia da Mesa da Assembleia, consulta pública sobre assunto relevante entre outras. Este ano pode-se destacar o trabalho da comissão na discussão sobre a reforma política no país, os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. A comissão tem também grande envolvimento em projetos como o Parlamento Jovem e os debates referentes ao protagonismo juvenil.

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Comissão de Segurança Pública tem como função discutir assuntos referentes à política de segurança pública e de combate ao crime organizado; a política carcerária e a de recuperação e reintegração social dos egressos do sistema prisional e a defesa civil do Estado. No período que a acompanhamos destaca-se o debate do PL 1857/07 que trata da contratação dos egressos do sistema prisional do Estado. O debate fundamental, na comissão, foi sobre a forma de beneficiar a empresa no caso de ela contratar egressos do sistema prisional. Duas posições apareceram: a que propunha o incentivo fiscal às empresas domiciliadas no Estado que contratassem no mínimo dois detentos dos regimes semiaberto ou aberto e a que propunha conceder subvenção econômica a elas, consignada no PL 3474/2009, de autoria do governador. A posição presente no projeto do governador foi a que venceu o debate. De acordo com o que foi aprovado, cada empresa que contratar egressos do sistema prisional poderá receber subvenção de dois salários mínimos por empregado contratado, a cada trimestre, pelo tempo que durar o contrato, sendo que seu prazo máximo é de dois anos. Cada empresa poderá contratar o número de egressos que representem no máximo 5% do quadro pessoal. Este projeto tramitou por quase dois anos na Assembleia. A publicação foi em 24 de novembro de 2007 e foi encaminhado ao governador, para sanção, em 9 de setembro de 2009. O Projeto se tornou uma norma jurídica (Lei 18401/2009) publicada no diário do legislativo em 28/09/2009.

## Calendário de atividades do Nesp em 2010

MÊS	DIA/HORÁRIO	LOCAL	EVENTO
Março	27 - 14h	PUC Prédio 43	Abertura do Projeto Eleições 2010 e apresentação das atividades do Projeto de Acompanhamento do Legislativo
Abril	24 - 14h	PUC Prédio 43	Debate sobre a Campanha da Fraternidade 2010: "Economia e Vida"
Maio	06 - 19h	PUC Prédio 43	Encontro do Projeto Com Fé na Política Tema: Política, Ética e Economia
	22 - 14h	RENSC	Nesp na Região: Projeto Eleições 2010 e Projeto de Acompanhamento do Legislativo
Junho	26 - 14h	RENSP	Nesp na Região: Projeto Eleições 2010 e Projeto de Acompanhamento do Legislativo
Agosto	28 - 14h	RENSE	Nesp na Região: Projeto Eleições 2010 e Balanço da Pesquisa Mapeamento de Grupos e Práticas de Fé e Política
Setembro	02 - 19h	PUC Prédio 43	Encontro do Projeto Com Fé na Política. Tema: Eleições 2010 – ética e compromisso social
	25 - 14h	RENSA	Nesp na Região: Projeto Eleições 2010 e Balanço da Pesquisa Mapeamento de Grupos e Práticas de Fé e Política
Novembro	27 - 14h	PUC Prédio 43	Avaliação dos projetos do Nesp: Projeto Eleições 2010, Projeto de Acompanhamento do Legislativo, Pesquisa de Mapeamento dos Grupos e Práticas de Fé e Política

## Defensoria pública: crise prejudica atendimento ao cidadão

A Defensoria Pública é uma instituição essencial e tem como função principal prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, a todo cidadão que não possui condições de pagar um advogado e os custos de um processo judicial. Ela é um órgão vinculado ao Governo do Estado e à Secretaria de Estado de Defesa Social e possui autonomia funcional e administrativa, mas não financeira. Neste ano foi debatida na Assembleia a situação dos graves problemas administrativos e financeiros vividos pela Defensoria.

Os representantes do órgão disseram na reunião extraordinária da

Comissão de Constituição e Justiça, no dia 16/09, que o órgão está “à beira do colapso” por possuir as piores condições de trabalho, escassez de recursos e de pessoal e uma acentuada evasão de defensores. Conforme informações da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), o Estado possui 294 comarcas, das quais 63% estão desprovidas de defensor; entre 1995 e 2009 dos 849 defensores empobrecidos, 449 pediram exoneração. De acordo com os defensores, o órgão recebe R\$ 1,61/por habitante. A média nacional do gasto com a Defensoria é de cerca de R\$ 3,65.

Essa situação, no entanto, não é nova. A denúncia do colapso da Defensoria Pública foi apresentada na ALMG em 1999, 2002, e agora em 2009. Os problemas vividos pelo órgão ganharam notoriedade também nos jornais locais, como se pode perceber pelas seguintes manchetes: “Defensoria Mineira é a quinta pior do Brasil”, (jornal Estado de Minas 15/09/09), “Audiências estão deixando de acontecer no TJMG por falta de defensores” (jornal O Tempo 11/09/09). Como se vê, o Estado está negligenciando o atendimento a um direito básico, e fundamental, do cidadão: o direito de defesa.

## Criação da Agência Reguladora de Águas e Saneamento é polêmica

Desde que começou a tramitar, no mês de abril, quando foi publicado no Minas Gerais, o projeto de autoria do Governador do Estado que cria uma Agência Reguladora de Saneamento Básico, especificamente de água e esgoto (PL 3186/09) se tornou uma das grandes polêmicas deste ano na ALMG. O projeto propõe que a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Estado de Minas Gerais (ARSAE – MG) seja criada

como uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru). Para os deputados da oposição, a criação dessa Agência facilita o reajuste das tarifas cobradas pela prestação de serviços o que poderia elevar, ainda mais, os preços praticados principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte.

A bancada governista rebate esse argumento dizendo que a criação de

uma Agência que regule esse tipo de serviço será de grande utilidade para todos os mineiros, pois poderá garantir a fiscalização dos serviços prestados pelas empresas o que melhora a qualidade.

A polêmica permaneceu até a votação em plenário, em segundo turno. A aprovação se deu em reunião extraordinária do dia 7 de julho, com 37 votos a favor e 10 contra.

## Governador propõe alteração de serviços prestados pela Cemig

Projeto de Lei proposto pelo Governador do Estado que inclui entre os serviços prestados pela Cemig aqueles referentes ao desenvolvimento e a exploração de serviços de telecomunicação e informação ((PL 3619/2009) iniciou tramitação na ALMG, em 15/08/2009. Na prática isso significa que a Cemig poderá trabalhar com produtos tais como TV a cabo e Internet. Os

deputados, principalmente os de oposição, apresentaram quatro emendas e duas subemendas a ele. As emendas procuram defender o consumidor do aumento das tarifas ou de cobranças indevidas por parte da empresa. Outro ponto que está sendo discutido durante a tramitação do projeto é a destinação dos lucros obtidos com esses novos produtos. Propõe-se que esses lucros resul-

tantes desses serviços sejam utilizados na expansão e no aperfeiçoamento da oferta de energia elétrica, principalmente para a população de baixa renda.

A votação em plenário, no primeiro turno, foi muito movimentada. O projeto já está pronto para a ordem do dia em plenário, no segundo turno. Até o dia 9/11/2009 não estava prevista a data de votação.

## A comunicação institucional da Assembleia Legislativa

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) oferece aos cidadãos interessados em exercer algum tipo de controle das ações de seus representantes uma variedade de canais de comunicação institucional que o cidadão precisa conhecer.

O site [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) é o meio de comunicação que possui variadas informações acerca do Legislativo. Ao acessá-lo, é possível saber quais são os deputados em exercício, seus partidos e um pouco de suas histórias antes e durante seu mandato (link "Os Deputados"). As reuniões do Plenário podem ser acompanhadas por meio da Ordem do Dia, conjunto de matérias a serem analisadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias; dos Editais de Convocação, quando reuniões extraordinárias são marcadas; e dos Resultados das Reuniões, documento disponibilizado após o término da reunião que descreve o que foi acordado pelos deputados durante a reunião. Sobre o Plenário há também o Boletim de Informações do Plenário (BIP), produzido pela imprensa interna que contém o conteúdo dos projetos em pauta. Quanto às reuniões das Comissões, o acompanhamento pode ser realizado por meio das Pautas, Resultados também disponíveis no site.

As matérias relacionadas ao que acontece na ALMG são disponibi-

lizadas no link Comunicação, onde é possível verificar quais são os eventos institucionais programados, a agenda cultural da Casa e as notícias produzidas a partir de 1996.

A TV Assembleia corresponde a um meio de comunicação com 18 horas de programação diária sobre o que ocorre na ALMG, com destaque para uma cobertura ao vivo das reuniões de plenário, além de noticiários, debates e mesas-redondas.

A Agência de Rádio é um serviço gratuito disponível para os cidadãos e para as emissoras do Estado e do Brasil. O interessado pode efetuar o *download*, em formato MP3, das notícias sobre as votações em Plenário, projetos de lei em tramitação, eventos, atividades das comissões e entrevistas.

O Boletim Eletrônico da Assembleia pode ser solicitado por meio de um cadastro realizado no site da instituição. Basta cadastrar nome, e-mail e os assuntos dos quais deseja receber as notícias. Também é possível se cadastrar para receber avisos no e-mail sobre a tramitação de projetos de lei e outras proposições.

O Assembleia Informa é o jornal impresso da ALMG, que também está disponível no site. Possui publicação diária e é distribuído nas dependências da Assembleia. O conteúdo consiste no noticiário sobre as atividades do processo legislativo, os eventos realizados, uma agenda do dia de sua

publicação e a pauta do Plenário e das Comissões. Todos esses veículos de informação mantidos pela própria instituição são importantes canais para o cidadão conhecer o funcionamento da ALMG e se posicionar criticamente em relação ao que ali acontece. As notícias dos canais institucionais podem ser comparadas com outras publicadas em outros veículos de comunicação para tornar o monitoramento das atividades parlamentares mais substancial.

O cidadão pode também presenciar as reuniões das comissões e do plenário. É importante ressaltar que o Regimento Interno da ALMG prevê, nos artigos 93 e 94, que é permitida a permanência de qualquer pessoa em suas dependências. As reuniões do Plenário e das Comissões podem ser assistidas das galerias, espaços reservados de acesso público. Nota-se, no entanto, nas salas de reuniões das comissões, uma barreira física, de vidro, que separa o cidadão de seus representantes, o que, às vezes, principalmente quando os deputados param de falar ao microfone, impede que parte dos debates sejam ouvidos pelos presentes.

**Jussara Vieira**

*Estagiária do Projeto de Acompanhamento do Legislativo  
Aluna do curso de Relações Públicas da PUC Minas*

### CÂMARAS MUNICIPAIS QUE POSSUEM SITE NOS MUNICÍPIOS DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE

Município	Site	Município	Site
Belo Horizonte	<a href="http://www.cmbh.mg.gov.br">www.cmbh.mg.gov.br</a>	Pedro Leopoldo	<a href="http://www.camarapl.mg.gov.br">www.camarapl.mg.gov.br</a>
Betim	<a href="http://www.camarabetim.mg.gov.br">www.camarabetim.mg.gov.br</a>	Ribeirão das Neves	<a href="http://www.cmm.mg.gov.br">www.cmm.mg.gov.br</a>
Brumadinho	<a href="http://www.cmbumadinho.mg.gov.br">www.cmbumadinho.mg.gov.br</a>	Sabará	<a href="http://www.camarasabara.mg.gov.br">www.camarasabara.mg.gov.br</a>
Caeté	<a href="http://www.camaracaete.mg.gov.br">www.camaracaete.mg.gov.br</a>	Santa Luzia	<a href="http://www.camarasantaluzia.mg.gov.br">www.camarasantaluzia.mg.gov.br</a>
Contagem	<a href="http://www.camaracontagem.mg.gov.br">www.camaracontagem.mg.gov.br</a>	São José da Lapa	<a href="http://www.camarasjl.mg.gov.br">www.camarasjl.mg.gov.br</a>
Ibirité	<a href="http://www.camaraibirite.mg.gov.br">www.camaraibirite.mg.gov.br</a>	Sarzedo	<a href="http://www.cmsarzedo.mg.gov.br">www.cmsarzedo.mg.gov.br</a>
Lagoa Santa	<a href="http://www.cmlagoasanta.mg.gov.br">www.cmlagoasanta.mg.gov.br</a>	Vespasiano	<a href="http://www.camaravespasiano.mg.gov.br">www.camaravespasiano.mg.gov.br</a>
Nova Lima	<a href="http://www.cmnovalima.mg.gov.br">www.cmnovalima.mg.gov.br</a>		

## A população pode propor Projetos de Lei

A Constituição brasileira de 1988 assegura que a população, por meios institucionais, pode participar da política.

Uma dessas formas institucionais de participação é a elaboração de projetos de lei de iniciativa popular. A constituição estabelece que a participação popular pode ser exercida a partir da apresentação à Câmara dos Deputados, de um Projeto de Lei que esteja subscrito

por, no mínimo, 1% do eleitorado, distribuído em pelo menos cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores em cada um deles.

A participação popular por meio da proposta de projetos de lei também está prevista na constituição do Estado. A legislação estadual estabelece que a iniciativa popular é exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa, de projeto

de lei subscrito por, no mínimo 10 mil eleitores do Estado, e das assinaturas, no máximo 25% poderão ser eleitores alistados na Capital do Estado. Em Minas Gerais foram apresentadas quatro sugestões legislativas por meio da iniciativa popular.

Um deles é o projeto (PL1369/2007) que estabelece o não pagamento de tarifas de energia elétrica para famílias de baixa renda.

## Pequeno histórico do Projeto de Lei 1369/2007

Este projeto foi fruto de lutas dos movimentos sociais em 2006, quando o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) fez um estudo que apontava as tarifas da Cemig como a quinta mais cara do mundo. O movimento foi apoiado por Dom Luciano Mendes de Almeida, Bispo de Mariana, que conhecia o problema porque várias famílias pobres o procuravam para pedir ajuda para o pagamento da conta de luz. O apoio de Dom Luciano ao movimento contribuiu para o sucesso no recolhimento das assinaturas para o Projeto de Lei.

O projeto foi assinado por 137 mil pessoas e encaminhado para a Assembleia Legislativa de Minas

Gerais, em 2 de maio de 2007. O projeto parece esquecido e sua tramitação está parada desde março de 2008 quando recebeu parecer da Comissão de Constituição de Justiça pela inconstitucionalidade alegando impedimentos de natureza técnica e jurídica. O parecer do relator foi aprovado na Comissão de Constituição de Justiça em 04/03/2008. De acordo com as informações sobre a tramitação do projeto obtidas no site da ALMG, ele encontra-se pronto para ser votado em plenário. Embora o assunto das tarifas praticadas pela Cemig tenha sido muito debatido na Assembleia, este projeto continua fora da pauta.

ALMG/Ricardo Barbosa



### EXPEDIENTE

O Informativo do Projeto de Acompanhamento do Legislativo é uma publicação de responsabilidade do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp). PUC Minas - Vicariato para a Ação Social e Política - Arquidiocese de Belo Horizonte. O conteúdo desse informativo é de responsabilidade dos responsáveis pelo Acompanhamento Legislativo no Núcleo.

**Coordenador do Grupo Gestor do Nesp:** Prof. Robson Sávio Reis Souza | **Coordenadora do Acompanhamento do Legislativo:** Profa. Raquel Beatriz Junqueira Guimarães | **Edição gráfica:** Flávia Guimarães | **Impressão:** FUMARC

e-mail: [nesp@pucminas.br](mailto:nesp@pucminas.br)  
Telefone: 3319-4978 – (atendimento pela manhã)